



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

OFICINA SOBRE CONCEITUALIZAÇÃO DAS SALVAGUARDAS DE CANCUN¹

RELATÓRIO

Introdução

Este relatório foi produzido pela Coordenação da Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas com o objetivo de reunir as informações discutidas na oficina temática sobre conceitualização das salvaguardas. Este documento não possui caráter analítico. As apresentações realizadas durante a oficina encontram-se disponíveis no website REDD+ Brasil ([clique aqui para acessá-las](#)). O Anexo I traz a lista de participantes e os Anexos II a IV reproduzem fielmente o conteúdo das fichas produzidas durante as discussões.

Data e local da oficina

01 e 02 de fevereiro de 2017

SCEN, Trecho 2, Bl. H, Brasília-DF – Auditório do CENAFLO, Serviço Florestal Brasileiro

Objetivos da oficina

1. Desenvolver insumos para produção de relatório sobre conceitualização de salvaguardas de REDD+ no Brasil
2. Identificar possíveis lacunas do 1º sumário de salvaguardas, para subsidiar o processo de elaboração da 2ª versão do documento.

¹ a) Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
b) Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
c) Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
d) Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais;
e) Que as ações sejam consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações [...] não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
f) Ações para abordar os riscos de reversões de resultados de REDD+;
g) Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Programação

Dia 1/2	
9h00	Abertura: Presidência da CONAREDD+. <i>Leticia Guimarães, DPCD/MMA</i>
9h15	Início dos trabalhos: apresentação da oficina pelos coordenadores
9h30	Apresentação da equipe de facilitação. Apresentação dos participantes, expectativas e esclarecimentos
10h15	Intervalo
10h30	Palestra sobre direitos socioambientais . <i>Dra. Eliana Torelly, Procuradora Regional da República</i>
11h45	Formação dos grupos e explicação da dinâmica
12h00	<i>Almoço</i>
13h30	Dinâmica em grupos: 3 grupos incumbidos de discutir, rotativamente, as salvaguardas e o que elas significam para o Brasil.
15h30	Apresentação das discussões em grupo e debate
16h30	Intervalo
16h45	Apresentações: experiências em aplicação de salvaguardas. Fundo Amazônia, Daniela Baccas e SISA-AC, Camila Oliveira
17h45	Avaliação do primeiro dia
Dia 2/2	
9h00	Abertura dos trabalhos -Mística
9h30	Apresentação de debates anteriores sobre conceptualização de salvaguardas. Painel Técnico do SIS, Camila Pianca Comparação de resultados em debate: Como as experiências apresentadas podem informar os trabalhos da CCT Salvaguardas?
12h30	<i>Almoço</i>
13h30	Apresentação sobre 1º Sumário de Salvaguardas . <i>Monique Ferreira, MMA</i> Debate: lacunas do 1º sumário e oportunidades para aperfeiçoamento do documento.
15h30	Espaço para definir responsabilidades e estratégias de continuidade do trabalho/ encaminhamentos finais
16h00	Avaliação da oficina e encerramento

Primeiro dia

Abertura, início dos trabalhos, apresentação dos participantes

Leticia Guimarães, representante da Comissão Nacional para REDD+, deu as boas-vindas a todos. Apresentou o histórico de discussões sobre as salvaguardas e o atual contexto, com foco na institucionalização das discussões no âmbito da Estratégia Nacional para REDD+. Ressaltou que a ENREDD+ soma-se a um extenso histórico de políticas exitosas do Brasil e encorajou os participantes a pensar como essas políticas contribuem para a redução das emissões provenientes do desmatamento e degradação florestal e/ou aumento de estoques de carbono e manejo sustentável de florestas. Pontuou que o grupo deverá encontrar um equilíbrio entre expectativas e conhecimento das pessoas que participaram das discussões anteriores e daquelas que estão se integrando às discussões agora.



Edel Moraes, coordenadora da CCT Salvaguardas, ressaltou a importância da participação da sociedade civil e destacou que a oficina é um espaço para trazer as dúvidas e contribuições, para construção de um entendimento comum sobre as salvaguardas.

[illegible]

Figura 1 - Quadro de expectativas formado no momento de apresentação dos participantes.

A Dra. Eliana Torelly, Procuradora Regional da República, realizou palestra sobre direitos de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais previstos na legislação brasileira – especialmente a consulta prévia - e a atuação do Ministério Público Federal na garantia desses direitos. A apresentação realizada pode ser acessada [clikando aqui](#). Após a apresentação, foi aberto espaço para perguntas e debates. Os principais temas abordados foram o risco de flexibilização de direitos e se as populações consultadas têm o poder de veto, aspectos em que a Dra. Eliana demonstrou concordância. Ainda, questionada sobre se agricultores familiares também poderiam ser incluídos no grupo de populações que gozam do direito a consulta prévia, a Procuradora pontuou que um aspecto que dificulta a inserção de agricultores familiares nessas discussões é a necessidade de um traço identitário, o que não acontece frequentemente com esse público. Também mencionou que grande parte do arcabouço e jurisprudência é voltado a povos indígenas. Reforçou que o Decreto nº 6.040/2007 avança ao considerar a variedade de povos e comunidades tradicionais do país.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Dinâmica em grupos: 3 grupos incumbidos de discutir, rotativamente, conjuntos de duas/três outras salvaguardas e o que elas significam para o Brasil.

Os participantes da oficina foram divididos em 3 grupos para discutir o que as salvaguardas de Cancun significam no contexto brasileiro. A dinâmica utilizou a metodologia conhecida como Café Mundial (todos os grupos passam por todos os painéis) e contou com o apoio de moderação das facilitadoras e da organização da oficina. Os painéis contemplavam: (1) salvaguardas **a** e **b**; (2) salvaguardas **c** e **d**; (3) salvaguardas **e**, **f** e **g**.



Figura 2 - Trabalhos em grupo: discussão do significado das salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro.

Para instigar os debates, cada painel contou com perguntas orientadoras. O grupo que iniciou a discussão do painel (3) optou por não utilizar as perguntas orientadoras, discutindo as salvaguardas em si. As considerações dos participantes foram registradas em fichas e fixadas no painel para discussão. O registro de todas as fichas encontra-se no Anexo II. Após todos os participantes passarem pelos três painéis, retornou-se à plenária para socialização dos debates. De maneira resumida, as questões-chave encontram-se a seguir.

Quadro 1 - Principais pontos abordados nas discussões das salvaguardas.

Salvaguardas a e b

- Listagem das políticas que contribuem para REDD+
- Papel da ENREDD+ na coordenação das políticas
- Necessidade de oferecer informação qualificada

Salvaguardas c e d

- Direito ao território e participação (garantia de recursos, metodologia e linguagens adequadas e acessíveis)
- Regionalização de processo de participação (construir com a base e para a base)
- Ouvidorias como instrumentos de monitoramento de respeito às salvaguardas

Salvaguardas e, f e g

- Implementação de áreas protegidas
- Valorização da floresta em pé
- Fomento à sociobiodiversidade
- Coordenação e coerência de políticas nos diferentes setores e regiões



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Experiências em aplicação de salvaguardas

Daniela Baccas, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, fez apresentação sobre as salvaguardas do Fundo Amazônia e sua relação com as salvaguardas de Cancun. A apresentação pode ser acessada [clikando aqui](#). Camila Oliveira, da Associação de Manejadores de Recursos Florestais do Acre, apresentou o processo de implementação e monitoramento de salvaguardas no Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais – AC, que pode ser acessada [clikando aqui](#). Após a apresentação foi aberto espaço para perguntas e debates. O principal tema abordado foi a operacionalização do monitoramento das salvaguardas nas iniciativas apresentadas.

Avaliação do primeiro dia

Ao final do primeiro dia de oficina, foi feita avaliação dos trabalhos (Figura 3).

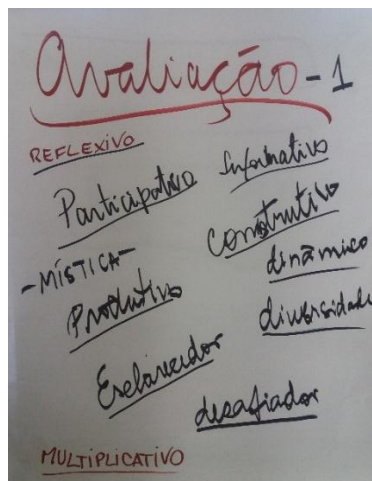


Figura 3 - Avaliação do primeiro dia de oficina.

Segundo dia

Abertura dos trabalhos - Mística

Por sugestão durante a avaliação do primeiro dia, os trabalhos do segundo dia iniciaram-se com uma mística. A atividade foi conduzida por representantes de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, que compartilharam manifestações de sua cultura.

Debates anteriores sobre conceptualização de salvaguardas (Painel Técnico do SIS) e comparação de resultados em debate.

Camila Pianca, do Grupo Natureza, Sociedade e Conservação, apresentou o trabalho do Painel Técnico do SIS, constituído em 2012, do qual fez parte. A apresentação buscou também fazer um comparativo com o identificado no exercício de definição das salvaguardas do dia anterior e pode ser consultada [clikando aqui](#). Após apresentação, os participantes realizaram uma comparação entre o resultado do trabalho do dia anterior e as apresentações sobre salvaguardas. Os participantes elaboraram fichas com suas contribuições que foram agrupadas



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

pela coordenação por similaridade de conteúdo e discutidas em plenária. O quadro abaixo sintetiza os principais grupos de aspectos pontuados e as ideias advindas do debate. Todas as contribuições são apresentadas no Anexo III, inclusive aquelas para as quais não houve consenso quanto a agrupamento e que foram sugeridas para debate nas próximas reuniões da CCT.

Quadro 2 - Principais aspectos a serem considerados nas discussões sobre salvaguardas.

Diretrizes/orientações

- Considerar a ENREDD+, seus objetivos e linhas de ação;
- Considerar o arcabouço legal;
- Atualização de informações levantadas pelo Painel Técnico.

Conceito de salvaguardas

- Salvaguardas não são apenas diretrizes/Salvaguardas são sobre direitos;
- Conceito (principal): i) Detalhamento; ii) Princípios e/ou critérios (1 lauda por salvaguarda);
- Abordar lacunas/incertezas nos conceitos das salvaguardas para evitar ambiguidades;
- Conceitos devem considerar necessidade de informar cumprimento: avaliação, indicadores, mensurabilidade;
- Conceitualização das salvaguardas é diferente de ações para garanti-las.

Monitoramento das salvaguardas

- Ampliar disponibilidade de informação e monitoramento sobre outros biomas;
- Garantia de monitoramento *in loco* com participação e constituição de ouvidorias;
- Sistema contínuo e eficiente de monitoramento e adaptação.

Linguagem/Comunicação

- Harmonizar em todo documento a designação "povos indígenas e povos e comunidades tradicionais" (Decreto nº 6.040/2007)
- Simplificar termos e processos de salvaguardas. O termo "salvaguarda" é acessível?
- Pensar em formato mais atrativo para diferentes públicos e processos (infográficos)
- Evitar termos estrangeiros

Participação/Capacitação/Governança

- Envolvimento e participação das comunidades no monitoramento das ações de REDD+;
- Processo e ferramentas de informação/formação/capacitação contínua com PCT;
- Participação efetiva, regionalizada, presencial, com linguagem adequada, com apoio, como prioridade;
- Considerar instâncias já existentes de participação para disseminar informação e realizar consultas;
- Participação de distintos públicos e segmentos.

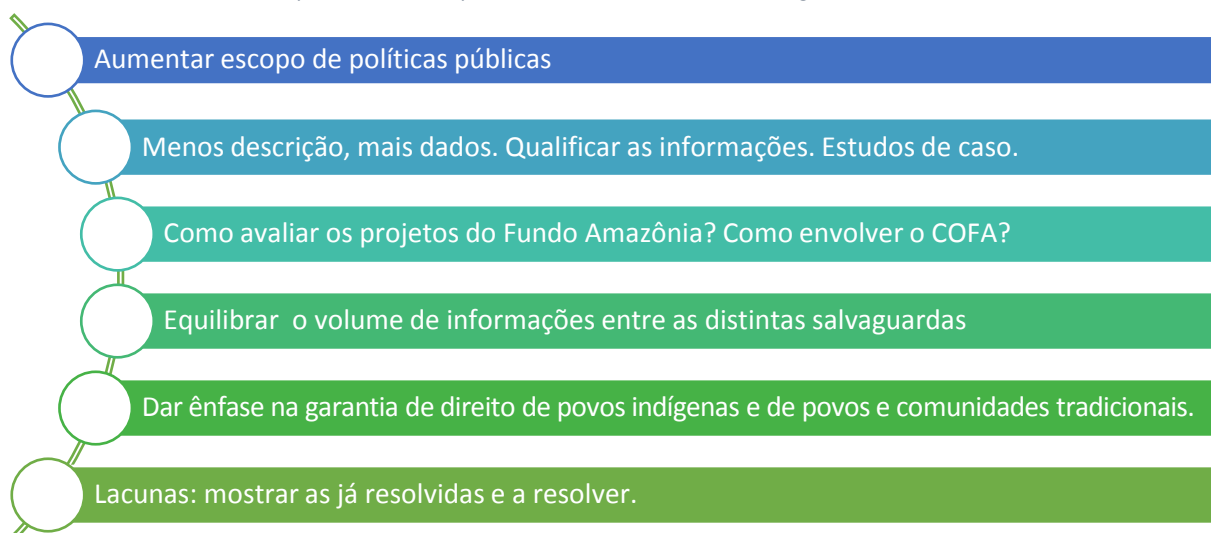


COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Apresentação sobre 1º Sumário de Salvaguardas e debate sobre lacunas e oportunidades para aperfeiçoamento do documento.

Monique Ferreira, da Secretaria Executiva da CONAREDD+, apresentou a estrutura e conteúdo do 1º Sumário de informações sobre as Salvaguardas do Brasil e a repercussão de sua submissão à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A apresentação pode ser acessada [clikando aqui](#). Após a apresentação, houve debate em plenária sobre os pontos que devem ser aprimorados na elaboração do 2º Sumário, um dos produtos para a qual a CCT deve prover subsídios. Alguns dos pontos abordados estão reunidos no quadro abaixo, e todo o conteúdo das discussões consta no Anexo IV.

Quadro 3 - Aspectos a serem aprimorados no 2º sumário de salvaguardas do Brasil.



Durante essas discussões, também foi solicitada uma apresentação sobre o PPCDam na próxima reunião da CCT.

Encaminhamentos e avaliação da oficina

A etapa final dos trabalhos abrangeu a definição de encaminhamentos finais e avaliação da oficina. Os encaminhamentos foram:

- Sistematização do relatório da oficina;
- Preparação de minuta de documento de conceitualização das salvaguardas;
- Atualização do plano de trabalho para a elaboração do 2º sumário de salvaguardas.

A avaliação foi realizada em painel, a Figura 4 apresenta o resultado.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

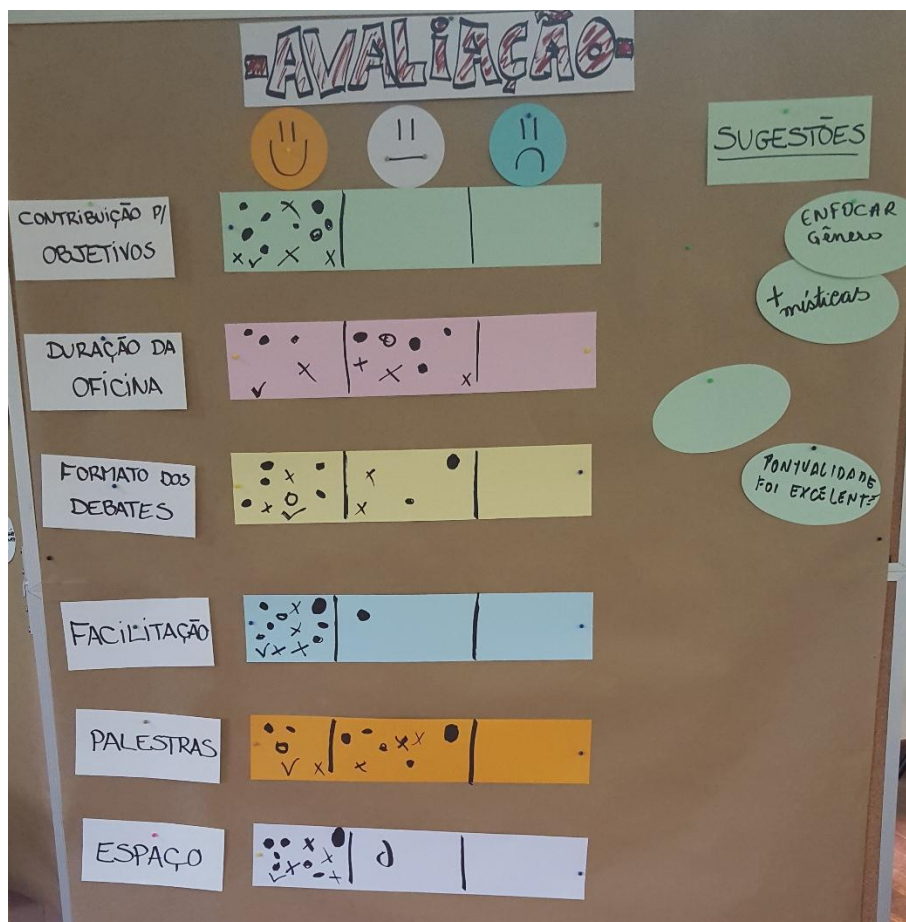


Figura 4 - Avaliação final da oficina.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

ANEXOS
Anexo I – Lista de Presença

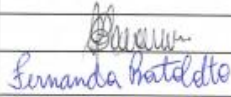






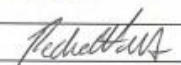





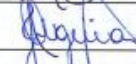
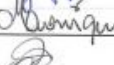
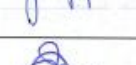
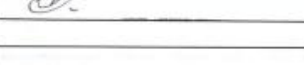







Ministério do Meio Ambiente
Evento: 1ª Oficina da Comissão Nacional para REDD+ Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas
Local: Serviço Florestal Brasileiro – Auditório CENAFLO
01 e 02 de fevereiro de 2017, das 09h00 às 17h15

Nome	Instituição	Dia 01/02	02/02
Alice Thuault	Instituto Centro de Vida (ICV)		
Ana Eunice Aleixo	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM		
Angelina Balarine	Prefeitura Municipal de Santa Teresa		
Antonio José da Silva Sousa	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará - SEMAS/PA		
Bernhard Javier Lago Smid	Instituto Capital Natural da Amazônia (ICNA)		
Camila Monteiro Braga de Oliveira	Associação de Manejadores de Recursos Florestais do Acre		
Camila Pianca	Grupo Natureza, Sociedade e Conservação		
Clarissa Costalonga e Gandour	PUC-Rio/Climate Policy Initiative		
Cláudia Regina Sala de Pinho	Rede Comunidades Tradicionais Pantaneiras		
Cristina Maria Batista de Lacerda	Secretaria de Estado de Meio Ambiente - AC		
Daniela Baccas	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		
Domingos Nunes de Oliveira	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME)		
Edel Tenorio	Conselho Nacional das Populações Extrativistas		
Eduardo Valente Canina	WWF-Brasil		



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Eliezer de Oliveira	Secretária de estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM/RO		
Elisa dos Santos Rezende França	Secretaria de Estado do Meio Ambiente - MT		
Elcio Manchineri	Rio Branco/AC		
Fernanda Bortolotto	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM		
Fernanda Lopes da Fonseca	Embrapa Acre		
Francis Rinaldi Frigeri	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - TO		
Genilson Borges Feitosa	Quality Max		
Itaragil Venâncio Marinho	Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia - PB		
Janete dos Santos Oliveira	Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas		
Kutanan Waiapi Waiana	Associação dos Povos Insígenas Wayana e Aparai - APIWA		
Larissa Ambrosano Packer/Pedro Martins	Terra de Direitos		
Larissa Barbosa Lopes	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC-AC)		
Leandra Fatorelli	Finatéc		
Leticia Guimarães	CONAREDD+ - MMA		
Leticia Tura	Carta de Belém		
Lidianne Salvatierra Paz Trigueiro	Universidade Federal do Amazonas		
Luiz de Andrade Filho	MRE		
Maria Jocicleide Lima de Aguiar	Rede GTA		
Monique Ferreira	Secretaria Executiva - MMA		
Nathali Germano dos Santos	Fundação Nacional do Índio - FUNAI		
Patricia Frederighi	Trench, Rossi & Watanabe Advogados		
Ricardo Mello	WWF		
Catharina Vale	Moderação		



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Anexo II – Painéis de discussão do significado das salvaguardas

Perguntas	Grupo 1 - Salvaguardas A e B
I- Quais programas brasileiros promovem as atividades de REDD+?	PNGATI
	PPCDAm
	PPCerrado
	Fundo Amazônia
	PPCD's
	ARPA
	CAR e PRA
	Programa de Municípios Verdes (Pará)
	SISA (ACRE)
	Programa de Desenvolvimento Comunitário (ACRE)
	PGTIS/AC - Plano de Gestão de Terras Indígenas
II- Como a ENREDD+ complementa essas iniciativas?	Validação/ Institucionalidade
	Diálogo entre entes federativos
	Complementar/Alinhas/Retroalimentação
	Junção e Sinergia de políticas (Federal e Estadual)
	Materializar (\$\$)
	Fortalecimento das iniciativas em nível federal (Estados estão mais avançados)
	Fortalecimento + estímulo + direcionamento
	Ampliar para programas de outros Biomas + regiões
	Exercícios de avaliações e comparações
	Inconsistências (trabalhá-las entre esperas)
	Definir entendimento/escopo governança
	Sugestão: + capacitação, sobretudo na construção
	Mapear instâncias de participação
	Aproveitar estruturas (conselhos locais)
	Equilíbrio entre prazos e participação efetiva (qualidade!)
Quais convenções e acordos internacionais são relevantes para REDD+?	Processos regionalizados (estruturados)
	UNFCCC (Decisões) - Acordo de Paris
	CBD (Convenção sobre Diversidade Biológica)
	OIT 169
	TIRFAA
	Protocolo de Nagoya (*)
O que são transparência e eficácia em estruturas de Governança Florestal?	RAMSAR/CITES
	Ciclo política pública (implementação + monitoramento + avaliação)
	Devida implementação (resultados!)
	Monitoramento (falho) + avaliação
	Indicadores
	Informações públicas e confiáveis
	Por em prática
	Boas práticas ex. (Fundo Amazônia)
	Priorizar estes esforços frente a outros interesses



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

	Governança
	Sugestão: + capacitação, sobretudo na construção
	Mapear instâncias de participação
	Aproveitar estruturas (conselhos locais)
	Equilíbrio entre prazos e participação efetiva (qualidade!)
	Processos regionalizados (estruturados)
Como a CONAREDD+ e suas estruturas apoiam a transparência e eficácia?	Informação
	CAR (?) (transparência)
	SISREDD (urgente)
	Mais acessibilidade e qualidade das informações
	As estruturas atuais são insuficientes
	Sugestões
	Aumentar o número de membros da Sociedade Civil na CONAREDD+
	Não pode ser espaço de especialistas
	Ouvidorias (aproveitar existentes)
	Ex: CNDH (relatorias especiais)

Perguntas	Grupo 2 - Salvaguardas C e D
I- Como o conhecimento de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais (PI e PCT) contribui para as ações de REDD+?	Construir com a base para a base (Políticas)
	Garantir os territórios reconhecidos nas diferentes formas
	Quando tiver mais informação, conhecimento e apropriação
	Reconhecimento dos conhecimentos tradicionais
	Fomentos aos Protocolos comunitários
	Central!!
I- Quais os principais direitos de PI e PCT a serem considerados nas atividades? II- Que políticas, iniciativas e ferramentas garantem esses direitos?	Protocolos comunitários
	Decreto 6040 (PNPCT); Decreto 7747 (PNGATI)
	TIRFAA/FAO
	C. 169 OIT
	Lei nº 13.123 de 2015
	Cumprir a legislação vigente CF/88
	Garantia de orçamento no PPA para implantação de ações de garantia de direitos de PI e PCT
	Garantir orçamento para políticas de fomento (PLANAPO, PAA, PNAE, ECOFORTE)
Qual o papel de políticas e/ou instituições públicas para evitar contratos e projetos que afetem negativamente os direitos de PI e PCT?	Garantir orçamento para implementação de ações de gestão das UC e TI, terras (?) de uso coletivo
	Direito aos territórios
	Constituir ouvidorias
	Projetos propostos pelas próprias comunidades
	Capacitação para PIPCTS construam seus projetos



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Como garantir a participação (plena) efetiva de PI e PCT na ENREDD?	Apoio efetivo a participação social, com garantia de recursos, metodologia e linguagens adequadas e acessível aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais agricultores familiares.
	Regionalização dos processos presenciais
	Apoio efetivo para disponibilização de informações frequentes em linguagem e material adequados
	Realizar processos de informação, formação e capacitação voltados aos PI e PCT
	Oficinas regionais com os segmentos sociais
	Criar mecanismos de apropriação das informações
	Não é um processo de legitimação
	Aumentar a representatividade dos PCT
	Harmonização com outras políticas (ex: crédito rural)
	Criar grupos de trabalho e aumentar a representatividade das partes interessadas
	Garantir a paridade entre Sociedade Civil e Poder Público na CONAREDD+

Grupo 3 - Salvaguardas E, F e G	
Salvaguarda E	Ratificação do Protocolo de Nagoya
	Não redução ao uso do território (PI e PCT)
	Consistência aqui requer valoração das florestas naturais (reconhecendo heterogeneidade entre biomas) para prover incentivos, considerando diferenças regionais nas políticas de conservação
	Ações considerando as políticas estaduais já estabelecidas
	Promover a valorização/valoração de ativos florestais, de forma que a floresta em pé seja mais lucrativa do que a conversão
	Valor da floresta em pé seja maior ou igual ao valor de conversão para agropecuária
	Geração de renda com atividades de baixo impacto (programas de incentivos)
	Capacitação de agropecuários
	Promover os co-benefícios
	Promover a conservação em áreas com desmatamento legal (mais APP e Reservas Legais)
	Demarcar as Terras Indígenas
	Destinar áreas protegidas e áreas de comunidades tradicionais com foco na valorização sociobiodiversidade
	Efetiva implementação de áreas protegidas, TI e territórios de uso coletivo
	Fomento, garantia e defesa das práticas produtivas e modos de vida do PI, PCT e agricultura familiar
	UC de uso sustentável
Salvaguarda F	Implementação de protocolos comunitários (uso de biodiversidade, repartimento de benefícios)
	Valorização do capital natural como ferramenta ambiental
	Levar em conta os diferentes tipos de reversão
	? Com/controle geração de renda alternativa/valorização e valoração



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

	Conceito de reversão atualizado ao longo do tempo e/ou conforme especificidades locais?
	Fortalecer e desenvolver cadeias produtivas da sociobiodiversidade
	Fortalecer os modos de vida dos PI e PCT, AF
	Regularização fundiária e demarcação de terras de PI e PCT
Salvaguarda G	Considerar aspectos nacionais e de fronteira internacional
	Monitoramento estratégico de desmatamento/ políticas inconsistentes/ programas de incentivo de fiscalização pela sociedade
	Valorizar os conhecimentos tradicionais
	Aprimorar tecnologia para viabilizar monitoramento em áreas intrinsecamente diferentes - realmente capturar deslocamento
	Coordenação e coerência entre políticas florestais e de fomento dos diferentes estados e biomas
	Considerar políticas agroflorestais, agrícolas, energéticas e climáticas
	A política nacional de REDD+ não deve prever offset
	Políticas/ iniciativas voltadas à preservação em Biomas além Amazônia
	CAR, Zoneamento, políticas creditícias
Fomentar: PLANAPO, PRONAF-ECO, PLANAFE, PGPM-BIO, PNAE, PAA	
Perguntas orientadoras	Quais as sinergias e contradições entre políticas e iniciativas de clima e biodiversidade?
	Quais os desafios para garantir baixas taxas de desmatamento na Amazônia? Como o PPCDAm contribui? Que outras políticas, iniciativas contribuem?
	Quais políticas, programas e iniciativas de conservação e uso sustentável da biodiversidade que contribuem para atividades REDD+?
	Como lições aprendidas no combate ao desmatamento na Amazônia contribuem para implementar as atividades de REDD+ em escala nacional?
	Como o Código Florestal e o CAR influenciam as taxas de desmatamento na Amazônia?
	É possível mapear o risco de deslocamento de emissões da Amazônia para outros Biomas?
	Como esse risco pode ser reduzido?



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Anexo III – Comparação dos resultados oficina x experiências apresentadas

Diretrizes/ Orientações	Considerar a ENREDD+ e seus objetivos e linhas de ação
	Considerar o arcabouço legal de leis
	Considerar protocolos de consulta existentes/fomentar construção de novos
	Atualização de informações levantadas no painel técnico
	Iniciativa nacional deve considerar as iniciativas sub-nacionais aproveitando casos de sucesso
	Explorar mecanismos de consulta próprios dos PCT
	Estar mais nítido como a CCT será um espaço para "discutir" repartição de benefícios. Se a CCT será espaço para discutir repartição de benefícios, as representatividades devem ser ampliadas (PCT)→Esclarecimento durante a oficina: A CCT Salvaguardas não é para discutir repartição de benefícios.
	Tempo escasso
	Destacar institucionalidades (CONAREDD+)
	Organizar a informação para ficar claro e objetivo, e para que ajude a subsidiar os próximos passos
	Permanência: i) levantamento e atualização de iniciativas nacionais para levantar problemas e pontos críticos para garantir permanência
	Transparência no processo de consulta às comunidades
	Dar destaque às políticas de aperfeiçoamento do monitoramento
Conceito de salvaguardas	Abordar lacunas/incertezas nos conceitos das salvaguardas para evitar ambiguidades
	Salvaguardas são sobre direitos
	Conceito (principal): i) Detalhamento; ii) Princípios e/ou critérios (1 lauda por salvaguarda)
	Interpretação dada às salvaguardas precisa ser registrada para garantir clareza
	Conceitualização das salvaguardas é diferente de ações para garanti-las
	Salvaguardas não são apenas diretrizes
	Revisar e adequar terminologia e atualizar as informações do painel
	Redução é diferente de prevenção de impactos
	Conceitos devem considerar necessidade de "reportar" cumprimento: avaliação, indicadores, mensurabilidade
Direitos	Reconhecimento direitos PI, PCT + AF
	Regulamentação
	Implementação
	Fiscalização
	Salvaguarda = Garantia de Direitos
	Respeito à Convenção 169/OIT em todas as etapas das ações de REDD+
	Salvaguardas como garantia de direitos (territoriais, biodiversidade)
Conhecimento tradicional	Agregar o conhecimento tradicional
	A salvaguarda de biodiversidade e conhecimento tradicional deve estar alinhada com programas e projetos no âmbito federal
	Reconhecimento dos conhecimentos tradicionais
Monitoramento (das salvaguardas)	Ampliar disponibilidade de informação e monitoramento sobre outros biomas
	Reforçar necessidade de monitoramento de todos os biomas
	Garantia de monitoramento <i>in loco</i> com participação e constituição de ouvidorias
	Sistema contínuo e eficiente de monitoramento e adaptação



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

	Monitoramento: foco no resultado geral, não por elementos da natureza
	Repartição justa e equitativa dos benefícios (monitoramento e financiamento)
Financiamento	Financiamento específico e facilitado para desenvolver ações de REDD em terras de PI e PCT
	Respeito, reconhecimento e apoio às práticas produtivas, uso sustentável e modos de vida, PI, PCT e agricultura familiar
Linguagem/ Comunicação	Utilizar uma linguagem em que os PI e PCT possam entender
	Linguagem
	Termo: povos indígenas e comunidades tradicionais
	Simplificar/traduzir termos e processos de salvaguardas
	Harmonizar em todo documento o conceito de povos e comunidades tradicionais (Decreto 6040)
	O termo "salvaguarda" é acessível?
	Acesso a informação com linguagem simples
	Evitar termos estrangeiros
	Ampliar consultas (multiplicar ideias em linguagem - técnica)
	Tradução/linguagem/termos adequados
	Transparência e acesso a informação
	Compreensão ampla das políticas florestais e de REDD+
	Comunicação
	Pensar em formato mais atrativo para diferentes públicos e processos (infográficos)
Participação/ Capacitação/ Governança	Envolvimento e participação das comunidades no monitoramento das ações de REDD+
	Apoio efetivo a participação social com garantia de recursos e linguagem adequadas
	Processo e ferramentas de informação/formação/capacitação contínua com PI e PCT
	Participação efetiva, regionalizada, presencial, com linguagem adequada, com apoio, como prioridade
	Considerar instâncias já existentes de participação para disseminar informação e realizar consultas
	Investigar iniciativas de: i) Tradução; ii) Multiplicação para encontrar caminhos possíveis para ampliar participação
	Participação de distintos públicos e segmentos
	Garantir a efetiva participação de mulheres e jovens no processo
	Garantir a participação entre sociedade civil e poder público na CONAREDD+
	Ampliação das sinergias entre políticas estaduais e federais
	Garantir a efetiva participação dos PCT
	Aumentar a representatividade dos PCT's
	Como engajar mais os PCT
	Promover e garantir a participação/representatividade de múltiplos atores relevantes quer seja: PCT, setor privado, agronegócio e outros stakeholders
Não houve consenso/ Retomar na próxima reunião	Valorização do capital natural
	Agregar valor material e imaterial ao patrimônio natural



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+
CÂMARA CONSULTIVA TEMÁTICA SOBRE SALVAGUARDAS

Anexo IV – Contribuições ao 2º Sumário de Salvaguardas

Para PCT: usar esta denominação
Optar pela denominação 6.040 (decreto)
Apresentação do PPCDAm para CCT-SG
Lacunas: mostrar as já resolvidas e a resolver
Instrumento de cumplicidade
Uso interno do sumário: outro documento?
Estudo de casos
Aumentar o escopo do sumário?
Menos burocrático
Aproximar comunidades Quilombolas do MMA
Como avaliar os projetos do Fundo Amazônia?
Como envolver o COFA?
Dados/resultados da ouvidoria para sumário (3º sumário?)
Menos descrição, mais dados
Qualificar as informações
Aumentar escopo de políticas públicas
Dar ênfase na garantia de direito de PICTS
Linguagem: gênero
Informações e dados sobre gênero
Identificar as SG em políticas e relacioná-las
Balancear as informações nas SG
Agenda programática (próximos sumários)
Incluir informações sobre outros Biomas
Tabela de interpretação das salvaguardas (1º Sumário): aproveitar
Escrever para contribuir para o sumário: Fundo Amazônia?
PPCDs?